

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
Presidente**WILSON FIGUEIREDO**
Vice-Presidente

REDAÇÃO

MARCELO PONTES
Editor**PAULO TOTTI**
Editor Executivo**MARCELO BERABA**
Editor Executivo**ORIVALDO PERIN**
Secretário de Redação

SISTEMA JB

SERGIO REGO MONTEIRO
Vice-Presidente**HENRIQUE CABAN**
Diretor Executivo da AJB

Segundo Tempo

Ao anunciar que daqui por diante ele, seus ministros e líderes partidários não precisarão mais insistir com o Congresso para aprovar as reformas, o presidente Fernando Henrique não quis dizer — e se quis não deveria ter dito — que a elas renunciava. Não poderia dizer. Afinal, foi com a promessa de fazê-las que ganhou a eleição logo no primeiro turno. Desistir da obra de estabilização econômica que começou a construir com o Plano Real, frustraria os milhões de eleitores que nele depositaram a sua esperança. E deixaria órfãos os que nele acreditaram.

O que a Nação espera é que o presidente da República, nesta etapa, tenha se referido a uma nova forma de relacionamento com o Congresso e o Judiciário, onde a divisão de responsabilidades entre os poderes fique mais explícita. Um segundo tempo no jogo político. Um reposicionamento de atitudes. Caso contrário não teria sentido ele afirmar, também, que “sem as reformas não haverá horizonte estável para o crescimento econômico e o bem-estar da sociedade”. Seria admitir que estaria renunciando a governar e a promover o bem-estar social.

O discurso duro do presidente da República, antes de mais nada, merece ser entendido como uma linha demarcatória de fronteiras. Como um chamado à responsabilidade. Lembra que a tarefa de construção do país que emerge das urnas não é apenas do Executivo, mas também dos que fazem as leis, já que o presidente foi eleito por uma aliança política feita em torno de compromissos comuns. Ao Executivo coube a formulação e o encaminhamento das propostas de mudança. Ao Legislativo o aperfeiçoamento e a aprovação. E ao Judiciário a consolidação legal.

O que o presidente quis dizer é que a tarefa de reconstrução nacional não se esgota no poder presidencial, mas no esforço solidário dos três poderes. Não poderia renunciar às reformas, porque estaria renunciando à marca de seu governo. Mas ao mesmo tempo confes-

sou que era extremamente frágil o gerenciamento político montado pelo governo. Que perdeu várias batalhas políticas por avocar somente a si a tarefa da mudança.

O episódio dos deputados do Acre apenas mostrou o quanto se expõe o Governo ao negociar miudezas em troca de tarefas que cabem a outro poder constituído. Ao presidente da República não cabe oferecer — mesmo por terceiros — cargos, espaços administrativos ou nomeações. Seu papel, ou o de seus ministros, não pode se confundir com o de mercador político. Negociar, sim, mas sem abrir mão de sua autoridade. Como chefe do Executivo num presidencialismo é responsável pela condução do país, mas não cabe a ele a barganha do dia-a-dia parlamentar.

Fernando Henrique não viveu uma crise, na extensão do conceito. Apenas teve, com os episódios recentes, um choque político. Bom, para que percebesse a necessidade de adotar remédios imediatos. E perceber que só uma atitude firme evitaria, aí sim, uma crise de autoridade ao longo do mandato. E foi por isso que mandou um recado duro para aqueles que só apostam no fracasso. Ou que desafiam a lei para testar a resistência democrática. Proclamou a sua autoridade.

Mais que isso. Fernando Henrique começa, agora, a capitalizar tudo o que construiu na primeira metade do governo. Ganhou a reeleição no Senado, a agricultura apresenta resultados significativos; a inflação, em maio, recuou, a Lei Geral das Telecomunicações foi aprovada liminarmente na Comissão Especial do Congresso; o ritmo da atividade econômica está sob controle, dispensando elevação dos juros, a balança comercial tende ao equilíbrio.

É um festival de boas notícias. E, por isso mesmo, a Nação espera que, ao contrário de renúncia, a fala presidencial indique retomada de ímpeto para que se completem as mudanças estruturais, essenciais para colocar o país equipado para o novo século que se avizinha.